

PREFÁCIO

O pedido de elaboração de um prefácio é sempre uma honra e uma grande responsabilidade. Contudo, foi com muita alegria que eu recebi esse convite da querida companheira Marcia Soares Alvarenga, que eu tenho a felicidade de, nos últimos anos, acompanhar o seu trabalho em defesa da educação pública e, principalmente, dos jovens e adultos trabalhadores da região de São Gonçalo e do estado do Rio de Janeiro.

Inicialmente, quero ressaltar a relevância social e o caráter político desse trabalho, a partir das produções do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas e Educação de Jovens e Adultos da Classe Trabalhadora (PPEJAT/CNPq), vinculado ao Programa de Extensão e Pesquisa Vozes da Educação, da Faculdade de Formação de Professores (FFP), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), localizada no município de São Gonçalo. O livro reúne diferentes gerações de pesquisadores que desenvolveram trabalhos que problematizam os efeitos de um projeto educacional em curso desde a década de 1990, com distintas mediações no decorrer desse amplo contexto histórico, amparado nos ideais do mercado e na defesa da competitividade. Destaco nesse modelo os testes em avaliação em larga escala e, principalmente, o conceito de competências, que buscam a (con)formação de uma “educação política de sujeitos históricos subalternos ao capital, cujo horizonte escolar foi reduzido pelas forças hegemônicas burguesas à formação para o trabalho simples” (Neves e Martins, 2015, p.12).

Além das temáticas, os artigos que compõe o livro têm como fio condutor o “horizonte interpretativo “(Jameson, 1994) do materialismo histórico-dialético, reafirmando a importância em desvelar a aparência dos fenômenos e resgatar a historicidade do objeto de pesquisa, sempre na defesa dos interesses da classe trabalhadora. Essa perspectiva teórica se torna ainda mais urgente na atualidade, diante da ofensiva do bloco neoliberal ortodoxo (Boito Jr, 2018). que se consolidou no controle do Estado a partir do golpe jurídico-parlamentar de ocorrido em 2016 (Demier, 2018). Nesse contexto, foi promovida uma série de contrarreformas que vê atacando os poucos direitos assegurados à classe trabalhadora, tais como a contrarreforma trabalhista, por meio da lei 13.467 de 13 de julho de 2017, que legalizou o processo de precarização

do trabalho e a nova contrarreforma da previdência (PEC 06/2019). Essa última tem como principal estratégia acentuar o processo de privatização das políticas sociais, por meio do desmonte do Sistema Único de Saúde e da obrigatoriedade de um sistema de capitalização para a “classe que vive do trabalho” (Antunes, 2018). Em última instância, beneficiam o capital financeiro e retiram o direito às escassas aposentadorias concedidas pela seguridade social brasileira a uma parcela, cada vez mais reduzida, dos trabalhadores.

A ofensiva burguesa à classe que vive do trabalho (Antunes, 2018), amplia o conceito de classe operária proposto por Marx, a partir das transformações do mundo produtivo nas últimas décadas e incluindo todos os sujeitos que necessitam vender a sua força de trabalho para sobreviver. A promulgação da Emenda Constitucional 95/2016, que restringiu os gastos públicos por vinte anos, reduzindo os direitos sociais, sobretudo nos campos da saúde, educação e assistência, em busca do almejado “equilíbrio fiscal”, é um dos exemplos da estratégia do grande capital para recuperar as suas taxas de lucro.

Nesse cenário de ataque aos trabalhadores são somadas as contrarreformas que vêm sendo promovidas no âmbito educacional, que pretendem inviabilizar o direito dos jovens e adultos trabalhadores ao saber elaborado e aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade (Duarte, Saviani, 2021). Defendem um modelo formativo voltado para a certificação, para o empreendedorismo como ‘solução’ para o processo de precarização do mundo do trabalho e para a subalternização ao projeto hegemônico das classes burguesas. É importante destacar, principalmente, a contrarreforma do Ensino Médio, por meio da lei 13.467, de 13 de julho de 2017 e o Programa Novos Caminhos, voltado para estimular a formação de jovens para ocupar os trabalhos amparados na plataformização e que utilizam das tecnologias para intensificar o controle sobre os processos de trabalho. A promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na qual sua elaboração foi conduzida, prioritariamente, pelas classes empresariais, esvaziou as possibilidades de uma educação escolar amparada nos ideais da formação humana em sua integralidade.

Portanto, a importância da obra está também relacionada à incondicional defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade

socialmente referenciada, com destaque para a importância social da FFP para a região de São Gonçalo. As atividades de pesquisa, ensino e extensão são aqui compreendidas nessa coletânea como um combate diário para identificar os ataques e defender os direitos dos jovens trabalhadores contra o avanço do capital. Nos últimos anos, as universidades públicas vêm sendo um dos alvos preferenciais das críticas do projeto neoconservador, pois, além da produção do conhecimento científico, que é considerado irrelevante para esse movimento, as instituições públicas ainda seriam redutos do chamado “marxismo cultural”, que reproduziriam em série estudantes de ‘esquerda’.

Além disso, a partir da promulgação da EC 95/2016, que impossibilita o aumento de gastos em educação e em outras áreas sociais, as instituições públicas de ensino superior vêm sendo submetidas a drásticos cortes orçamentários, inviabilizando as suas condições de funcionamento, além da precarização das relações de trabalho e de ensino. Diante da vitória eleitoral do candidato social-liberal nas eleições de 2022, os docentes e técnicos das IES públicas permaneceram em 2024 por 69 dias em greve em busca da manutenção do orçamento, recomposição salarial, reestruturação da carreira e pela revogação de medidas implementadas durante a hegemonia do bloco neoliberal ortodoxo, que até então, não haviam sido revogadas. Entre as principais, estão o aumento da carga horária docente, que dificulta a realização de atividades de pesquisa e extensão, além da instauração do ponto eletrônico no controle da frequência. Contudo, além de enfrentarem os limites do social-liberalismo, o que resultou em difíceis negociações do movimento sindical com o governo, houve forte reação da mídia corporativa e dos setores conservadores.

Á guisa de conclusão, penso ser fundamental destacar que os textos selecionados indicam que, apesar do inegável avanço de um projeto desumanizador do capital para os trabalhadores, que busca aprofundar o caráter dependente e periférico do capitalismo brasileiro e no qual a escola torna-se um espaço de disputas e de produção de consensos acerca da inevitabilidade do projeto burguês de sociedade, a luta de classes permanece como o único caminho da superação entre “governantes e governados” (Gramsci, 2000). A defesa incondicional da participação popular, no qual o direito à educação e à escola são inegociáveis, é um

horizonte a ser perseguido pela classe que vive do trabalho (Antunes, 2018), em defesa de uma concepção educacional voltada para a formação plena do ser humano. Portanto, a partir das reflexões de Jameson (2007), é imperativa a projeção de um mundo radicalmente distinto, que estabeleça uma ruptura com o tempo presente.....

Prof^a Dr^a Renata Maldonado da Silva

Professora Associada II da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Docente e atual Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF. Integra o Laboratório de Estudos de Educação e Linguagem

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado se serviços na era digital** São Paulo: Boitempo, 2018.

BOITO JÚNIOR, A. **Reforma e Crise Política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT.** Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: Editora Unesp, 2018.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil.** Mauad X, 2018.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** RJ: Civilização Brasileira, 2000, vol 3.

JAMESON, Friedric. **Archéologies du futur: le désir nommé utopie.** Paris : Max Milo Éditions, 2007.

MARTINS, André S; NEVES, Lúcia M W. **Educação básica: tragédia anunciada.** São Paulo: Xamã, 2016.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. In: SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. **Conhecimento escolar e luta de classes: a pedagogia histórico-crítica contra a barbárie**. 1. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.